



Recebido em 13/06/2024

Aceito em 22/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.54313

NOTA DE PESQUISA

Análise historiográfica da obra “História de Óbidos”, de Arthur Cézar Ferreira Reis

Historiographical analysis of the work “History of Óbidos”, by Arthur Cézar Ferreira Reis

Cléberson Fonseca Silva

Graduando em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará

<https://orcid.org/0009-0008-0443-5868>

RESUMO: Arthur Cézar Ferreira Reis foi um historiador e político que se destacou por suas obras sobre a Amazônia, especialmente “História de Óbidos”. Ele valorizava a contribuição dos colonizadores portugueses e da elite local, mas sua narrativa excluía significativamente as populações indígenas e as classes menos favorecidas. Sua abordagem eurocêntrica e elitista reflete as ideologias da época, mas apresenta limitações importantes. Críticas de estudiosos como Lademe Correa de Sousa (2020) e Vinícius Alves do Amaral (2013) destacam a necessidade de uma historiografia mais inclusiva e justa, que reconheça a diversidade cultural e étnica da Amazônia. A memória coletiva e os movimentos sociais são fundamentais para questionar e reavaliar essas narrativas, buscando uma compreensão mais completa da história da região. Em resumo, a obra de Arthur Reis é valiosa, mas precisa ser complementada por novas abordagens que valorizem todas as vozes e experiências da Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: História de Óbidos. Arthur Reis. Amazônia.

ABSTRACT: Arthur Cézar Ferreira Reis was a historian and politician who stood out for his works on the Amazon, especially "History of Óbidos". He valued the contribution of Portuguese colonizers and the local elite, but his narrative significantly excluded indigenous populations and the less favored classes. Its Eurocentric and elitist approach reflected the ideologies of the time, but it has important limitations. Criticisms from scholars such as Lademe Correa de Sousa (2020) and Vinícius Alves do Amaral (2013) highlight the need for a more inclusive and fairer historiography, which recognizes the cultural and ethnic diversity of the Amazon. Collective memory and social movements are fundamental to question and reevaluate these narratives, seeking a more complete understanding of the region's history. In summary, the work of Arthur Reis is valuable, but it needs to be complemented by new approaches that value all the voices and experiences of the Amazon.

KEYWORDS: History of Óbidos. Arthur Reis. Amazon.

Introdução

A obra “História de Óbidos” de Arthur César Ferreira Reis é amplamente reconhecida como um marco na historiografia da Amazônia, destacando-se por sua análise detalhada das fontes oficiais utilizadas para a construção da narrativa da cidade de Óbidos e sua evolução política, administrativa e socioeconômica. No entanto, a narrativa de Reis, embora pioneira, apresenta uma perspectiva eurocêntrica e elitista, que valoriza a contribuição dos colonizadores portugueses e da elite local, ao mesmo tempo em que marginaliza significativamente as populações indígenas e as classes menos favorecidas.

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica da obra de Arthur Reis, destacando suas limitações e a necessidade de uma historiografia mais inclusiva e justa, que reconheça a diversidade cultural e étnica da Amazônia. Através das críticas de estudiosos como Lademe Correa de Sousa (2020) e Vinícius Alves do Amaral (2013), buscamos reavaliar as narrativas históricas e promover uma compreensão mais completa e equilibrada da história de Óbidos e da região amazônica. Ao fazer isso, esperamos contribuir para uma historiografia que não apenas documente os eventos históricos, mas também valorize as vozes e experiências de todos os grupos que compõem a rica tapeçaria cultural da Amazônia.

É importante destacar que estamos buscando entender o autor (Arthur César Ferreira Reis) e sua obra (“História de Óbidos”), ambos dentro de seus contextos históricos. Não estamos aqui para fazer juízo de valor ao autor, nem tão pouco a sua obra, que inclusive, apesar de se passarem mais de 70 anos desde sua primeira edição (1945) e cerca de 45 anos de sua segunda, a qual não sofreu qualquer alteração e sobre a qual tecemos nossa análise, ainda permanece sendo, dentro da cidade de Óbidos, município histórico no interior do estado do Pará, uma das principais, senão a principal fonte, para o estudo da história da referida cidade que, inclusive, é uma das únicas que possui em seu currículo a obrigatoriedade do ensino nas escolas públicas municipais da disciplina “História de Óbidos”, para o ensino fundamental II (de 6º ao 9º ano).

A trajetória e o ideal desenvolvimentista de Arthur Reis para a Amazônia durante a ditadura civil-militar no Brasil

Arthur Reis, filho do jornalista Vicente Torres da Silva Reis e de Emília Ferreira da Silva Reis, nasceu em Manaus em 8 de janeiro de 1906. Cresceu e se educou na capital da borracha durante seu período de crise, o que moldou sua visão sobre a região, devido ao impacto profundo que essa crise teve na região. A crise da borracha, que começou em 1914, levou a uma estagnação econômica na Amazônia, afetando a vida de muitos habitantes da região.

Segundo Silva (2019), Reis, ao observar essa crise, buscou compreender as peculiaridades da região amazônica e apontar caminhos para superar o subdesenvolvimento. Ele acreditava que era necessário combater os preconceitos sobre a Amazônia e devolver à sociedade local a relevância perdida com a decadência da economia da borracha. Assim, sua visão sobre a Amazônia foi influenciada pela necessidade de encontrar soluções para os desafios econômicos e sociais que a crise da

borracha trouxe à tona. Em 1939, mudou-se para Belém e, em 1945, para o Rio de Janeiro, onde consolidou sua carreira como especialista em assuntos amazônicos.

Desde jovem, Arthur demonstrava uma paixão intensa pelos estudos em História. Iniciou seus estudos em Direito no Estado do Pará, continuando no Amazonas, e concluiu o curso na então capital do Brasil, Rio de Janeiro. Foi lá que, influenciado por grandes nomes como Capistrano de Abreu, Max Fleiuss e Rodolpho Garcia, mergulhou nos estudos das raízes da civilização brasileira, com um foco especial na Amazônia.

Na política, Arthur começou sua trajetória em 1930, como chefe do gabinete da Junta Governativa do Amazonas. Ocupou diversos cargos públicos ao longo de sua carreira, mas dois momentos se destacam. O primeiro foi em 1953, com sua nomeação pelo presidente Getúlio Vargas como o primeiro Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que, anos mais tarde, em 1966, durante o governo dos militares, viria a tornar-se SUDAM¹ (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Nesse cargo, ele foi responsável por definir os princípios para o desenvolvimento socioeconômico da região. O segundo momento marcante foi sua eleição pela Assembleia Legislativa como Governador do Estado do Amazonas, logo após o golpe de 1964², permanecendo no cargo de 29 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967.

O golpe de Estado ocorrido em 31 de março de 1964 foi um dos acontecimentos mais marcantes de toda nossa história, e que nos ajuda a compreender muitos aspectos políticos, sociais e econômicos do tempo presente que nosso país vem passando ao longo de décadas, principalmente no que se diz respeito a Amazônia. Para explicitarmos isso de maneira mais didática, basta fazermos algumas comparações dentre outras tantas formas que poderíamos utilizar.

O período em que se inscreve a história do golpe e da instauração da ditadura civil-militar³ no Brasil (1964-1985), deixou um legado de autoritarismo que ainda pode ser observado em certas práticas políticas e na resistência a reformas democráticas. O período de 1985 a 1990 de transição para a redemocratização brasileira foi marcado por uma série de pactos e concessões que ainda hoje influenciam o modo de fazer política no Brasil. A exemplo disso, ainda durante o governo dos militares, temos em 1979, sancionado pelo então presidente João Batista Figueiredo⁴ em 28 de agosto, o Decreto-Lei nº 6.683, popularmente conhecido como

1 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966 sob o governo ditatorial instaurado no Brasil em substituição a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1953 pelo governo do então presidente Getúlio Vargas, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a integração econômica da Amazônia ao capital nacional.

2 Movimento político de cunho militar que contou com o apoio de vários setores da sociedade civil em deposição do então presidente brasileiro, João Goulart, em 31 de março de 1964.

3 Modelo de governo instaurado no Brasil pelos militares com o apoio de parte da sociedade civil, caracterizado pelo autoritarismo e repressão aos grupos políticos e movimentos sindicais contrários à ditadura. Durou de 1964 a 1985, tendo como seu último representante o general João Batista Figueiredo.

4 Último presidente do período da ditadura civil-militar no Brasil. Governou de 1969 a 1985. É conhecido por ter conduzido o processo de abertura política do país, que incluiu a promulgação da Lei da Anistia em 1979, permitindo o retorno de exilados políticos e perdoadando crimes políticos cometidos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Lei de Anistia⁵, que apesar de ter permitido o retorno e libertação de muitos políticos que foram exilados e presos durante o período mencionado acima, também garantiu que os militares e agentes do Estado responsáveis por violações dos direitos humanos durante a ditadura não fossem punidos por seus atos.

Após isso, a eleição de Tancredo Neves em 1985, período de redemocratização⁶ política do país, apesar de não ter assumido por questões de saúde e conseqüentemente seu falecimento em 21 de abril de 1985, foi realizada de forma indireta, através de um Colégio Eleitoral, em vez de eleições diretas pelo povo. Isso foi uma concessão aos militares e setores conservadores que temiam uma transição abrupta e que os prejudicasse, pois Tancredo fazia parte do grupo de políticos opositores moderados ao governo dos militares no Brasil, que não eram a favor, nem radicais fervorosos, às políticas do então governo, além também de já possuir certo prestígio entre os militares.

A nova Constituição, a de 1988, é também um exemplo e resultado de todo esse processo de negociação que envolveu diversos setores da sociedade, incluindo militares, políticos conservadores e progressistas. Embora tenha consagrado muitos direitos democráticos, também refletiu compromissos que limitaram algumas reformas mais radicais, como, por exemplo, a reforma agrária, uma redistribuição mais ampla e equilibrada das terras agrícolas que foi e continua sendo a demanda mais significativa dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais sem terra espalhados por todo o país. A resistência dos grandes proprietários que concentram a maior parte de terras do país (latifúndios⁷) e setores conservadores da sociedade brasileira, impediu uma reforma agrária mais profunda e as conseqüências disso são os constantes conflitos e mortes entre os envolvidos no movimento e os agentes do Estado que, na grande maioria das vezes, tendem a operar em favor dos grandes latifundiários, já que os mesmos geralmente são maioria nos cargos representativos da legislatura federal e estadual em nosso país.

Além disso, ainda hoje, a presença de militares em cargos políticos e a influência das Forças Armadas na política brasileira são resquícios diretos do golpe de 1964. Recentemente, durante o governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro, vimos um aumento na participação de militares em posições de governo, e conseqüentemente, após as eleições de 2022, em que o mesmo não conseguiu se eleger, temos o atentado ocorrido em Brasília contra a democracia, liderado por grupos simpatizantes “bolsonaristas” no dia 08 de janeiro de 2023, refletindo uma continuidade dessa influência que ainda hoje se faz constante entre algumas parcelas

5 Ato do Legislativo de concessão do perdão oficial para as ilicitudes cometidas por um ou mais indivíduos sem qualquer punição. No Brasil, a Lei da Anistia é regida pelo Decreto-lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979, assinada pelo presidente João Baptista Figueiredo, ainda durante a Ditadura Militar. A Lei da Anistia no Brasil perdoa os crimes políticos cometidos de 1961 a 1979, à exceção dos que foram condenados por terrorismo, sequestro, assalto e atentado pessoal.

6 Processo de restituição da democracia. No Brasil, o processo de redemocratização teve início durante o governo do general João Batista Figueiredo, com a anistia concedida aos acusados e exilados pela ditadura civil-militar por crimes políticos.

7 Propriedade rural de enorme extensão, pertencente a uma única pessoa ou a um grupo empresarial, que se caracteriza pela exploração extensiva de áreas de pastagem ou atividades agrícolas. Na Amazônia, são palcos de disputas entre grandes fazendeiros e o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil (MST).

da sociedade civil brasileira. Para compreendermos um pouco das motivações que levaram a atos como esse, é necessário entendermos que durante o período de 1964 a 1985, o governo agiu de forma a formar mentalidades. As intensas propagandas entre os meios de comunicação da época divulgavam a ideia de um período de ordem e progresso para a sociedade brasileira e isso se perpetuou na mente de muitas pessoas que viveram durante a ditadura, fazendo com que as mesmas consolidassem entre os seus ciclos de sociabilidade o discurso de um governo positivo e o qual deveria ter uma continuidade por representar um período de ordem e tranquilidade onde a criminalidade não tinha vez. Esses discursos estão disponíveis em alguns textos que buscam entender o período ditatorial no Brasil a partir das duas perspectivas que se criaram em torno do período e que podem ser acessados por meio de vídeos e propagandas do governo em alguns meios de comunicação como o site do arquivo nacional na internet. Claro que o atentado de 8 de janeiro é resultado de muito mais do que as influências da ditadura, estavam ali presentes as motivações de beneficiamento dos interesses individuais das pessoas envolvidas no ocorrido e que nisso não se reflete de maneira generalizada a perspectiva da grande maioria da sociedade brasileira, mas é importante trazermos essas questões, pois as interpretações sobre o período são muito subjetivas.

A censura também foi uma das práticas constantes durante a ditadura e criou um ambiente de medo e autocensura que afetou profundamente a mídia e a produção cultural. A luta pela liberdade de expressão continua sendo um tema relevante na sociedade brasileira com constantes situações de violação desse direito que ecoam de todos os lados. De todo modo, a ditadura foi marcada por graves violações dos direitos humanos, incluindo tortura e desaparecimentos forçados. Além do massacre das populações indígenas e da formação de mentalidades e conseqüentemente a disseminação de ideologias do governo militar. Esse “legado” é sentido ainda hoje, com debates contínuos sobre justiça de transição e a necessidade de reparação para as vítimas.

Os anos de 1970 na Amazônia

Durante os anos de 1970, talvez um dos períodos mais duros da ditadura civil-militar no Brasil devido a instauração do Ato Institucional⁸ n.º 5 (AI-5) em 1968, que permitiu a cassação de políticos eleitos nas esferas federal, estadual e municipal, e institucionalizou a tortura, o assassinato e o desaparecimento de pessoas pelo Estado, após um breve período de ascensão econômica que possibilitou o investimento em grandes empreendimentos para o Brasil, a Amazônia passa a ser prioridade para o governo dos militares e a chave de ignição do motor ideológico para tudo isso é Arthur César Ferreira Reis.

Conforme indicado por Magno Michell Marçal Braga e César Martins de Souza:

Ao analisar a ideia consolidada em diversos trabalhos, de que a ditadura promoveu a modernização autoritária, através da qual elevou economicamente o país, ao mesmo tempo em que reprimia e buscava silenciar opositores, Fico considera que os índices favoráveis de crescimento econômico, que tiveram seu

⁸ Decreto com força de lei emitido durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), cujo objetivo era legalizar e legitimar oficialmente as ações políticas dos militares.

auge durante o governo de Médici, já faziam parte de políticas em curso há algumas décadas. Desta forma, a Transamazônica que celebrava o ápice do desenvolvimento econômico do Brasil, foi ideologicamente utilizada para celebrar o regime como dotado de coragem e pioneirismo, a despeito de as políticas voltadas a modernização nacional terem sido iniciadas antes da ditadura. Contudo, rasgar o coração da gigantesca floresta tropical com uma estrada e, ao mesmo tempo, viabilizar a instalação de milhares de trabalhadores rurais ao longo da rodovia, parecia a concretização de sonhos há muito cultivados na imaginação nacional: domar a floresta e utilizá-la como infraestrutura para a implementação de programas de ocupação humana, através de atividades agropecuárias na região. A Amazônia aparece assim como lugar de conquistas, desafios ocupando o lugar de periferia do capitalismo mundial, pois não se aborda sobre o valor da região em si mesma e nem de sua biodiversidade e das populações que vivem nela/dela, mas apenas como um espaço rico em recursos naturais e que poderia desenvolver o capitalismo nacional, afirmando o país como potência. [...] Predominava a ideologia presente em discursos políticos, de que a Amazônia era um grande vazio demográfico e que por isso mesmo urgia ocupá-la com projetos que trouxessem trabalhadores rurais de outras regiões. (BRAGA; SOUZA, 2019, p. 177-178)

Para Reis, era preciso que o Estado interviesse na região, promovendo a ocupação deste espaço visto como um grande “vazio demográfico”⁹, um território a ser explorado para que se pudesse sair do estágio de atraso e avançar rumo ao progresso civilizacional e econômico pensado na época. Era preciso desenvolver economicamente a região amazônica a partir de dentro, de forma que viesse a independe exclusivamente do mercado capitalista global, pois assim, o Brasil estaria garantindo sua soberania sobre o território e assumindo posição de destaque frente às grandes economias da época. Isso levou o governo a tirar do papel as ideias e dar início à implementação de megaprojetos na Amazônia, assumindo três frentes principais. Primeiramente, por meio da abertura de estradas que conectassem uma região a outra, com o intuito de conectar a região Norte ao Nordeste brasileiro, e facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias, assim como também ligar o oceano Pacífico ao Atlântico, a exemplo podemos citar a abertura da BR-230 Transamazônica, rodovia federal rasgada em meio a floresta amazônica, passando por extensas áreas de terras indígenas e das populações nativas na região que, conforme apontado por Braga e Souza (2019),

Avaliava-se a região como um imenso vazio, possuidor natural das condições ideais para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, o que foi manifesto em um discurso empolgado de Resende, no qual fazia um relatório do programa de colonização da Amazônia, a partir das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. O discurso do vazio demográfico amparava visões desenvolvimentistas e socialmente excludentes, além de destruidoras do meio ambiente. Sendo um suposto ‘vazio’ a Amazônia poderia, segundo estes discursos, ser explorada, sem causar impactos sociais ou mesmo ambientais. Mas este discurso ignora as populações tradicionais da região e seus modos diferenciados de uso do território. Ao transformar as populações amazônicas em ‘invisíveis’ os discursos oficiais, abriam margem para diversas formas de apropriação dos territórios, bem como de uso exclusão social e impactos socioambientais com a implementação de megaempreendimentos. Como argumenta Perlatto, os pactos de parte da sociedade com a ditadura os envolveram em assuntos controversos em um momento posterior da História,

⁹ Ideia criada em torno da região amazônica de que a mesma não era, ou não havia sido ainda, ocupada em toda sua extensão por seres humanos e que isso representaria uma ameaça para a soberania do país, tendo em vista a possível ameaça estrangeira de tomada dessa região, difundida entre os governos dos militares e a sociedade da época pelos escritos de Arthur César Ferreira Reis sobre a Amazônia.

devido ao fato de que os eventos, os discursos e as práticas poderem ser revisitados em perspectiva sobre o passado, possibilitando novos olhares sobre ideologias que pareciam parte da construção de um consenso social. (BRAGA; SOUZA, 2019, p. 178-179)

De acordo com Magno Michell Marçal Braga e César Martins de Souza, a Transamazônica “se constituiu em muito mais do que um projeto de integração rodoviária, pois a rodovia era apenas o epicentro de empreendimentos agropecuários e minerais” que seriam implementados na região (BRAGA; SOUZA, 2019, p. 177).

A Transamazônica marca o apogeu de uma era em que a região amazônica passa a ser vista como fornecedora de infraestrutura e matéria prima, tornando sua biodiversidade e suas populações como meros efeitos colaterais de grandes empreendimentos de exploração e integração. [...] o que a Amazônia enfrentou na década de 1970, e posteriormente não se restringe a esta região, mas faz parte de uma agenda que pensa do grande capital que pensa o desenvolvimento como industrialização e geração de empregos, mesmo que em detrimento de parcelas consideráveis da população local, incluindo populações tradicionais dos países que recebem as obras. (BRAGA; SOUZA, 2019, p. 177)

A construção de hidrelétricas para a produção e distribuição de energia, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, constitui-se na segunda frente de empreendimentos pensados para a Amazônia. De acordo com Campos,

O projeto da usina hidrelétrica de Tucuruí tem muito a revelar acerca da ditadura brasileira. De fato, entendemos que temos ali um microcosmo do regime, em diversas feições e dimensões do seu caráter autoritário e de sua própria composição social. Para além da falta de democracia na forma como o projeto foi elaborado e conduzido, sem consulta às comunidades locais, ignorando os impactos sociais decorrentes da megausina e de seu reservatório, além de todos os danos ambientais causados pela barragem, a obra é reveladora da ditadura na medida em que ela expressa interesses empresariais que constituíram os seus beneficiários. A falta de transparência no uso dos recursos públicos e que se expressava na forma obscura como foi elaborado o projeto, o edital da obra, o contrato e seus aditivos serviu para favorecer certos interesses empresariais que atuaram no projeto. Assim, todo o sacrifício das milhares de famílias trabalhadoras afetadas serviu para favorecer e enriquecer certos grandes interesses econômicos privados. (CAMPOS, 2019, p. 281)

Campos afirma que, embora o discurso oficial do governo fosse o desenvolvimento e o nacionalismo, havia interesses econômicos que favoreciam empresas nacionais e internacionais, lhes garantindo altas margens de lucro e grande exploração da força de trabalho, que acarretou insatisfação dos trabalhadores e, conseqüentemente, em greve. Em síntese, o autor conclui que a usina de Tucuruí é um reflexo das dinâmicas da ditadura civil-militar, destacando como as políticas estatais serviram para beneficiar uma elite empresarial altamente capitalista, enquanto causaram sérios impactos sociais e ambientais, como o deslocamento de milhares de pessoas.

Por último, a exploração de minérios na região. A exemplo, temos nesse período a instalação da empresa Mineração Rio Norte (MRN) em 1975, na região de Porto Trombetas, no estado do Pará. Esses empreendimentos favoreceram grandes empresas e setores específicos, deixando de lado a distribuição equitativa de renda da grande massa empobrecida da população brasileira. E esse crescimento econômico durante a ditadura foi financiado por um aumento significativo da dívida externa com

o capital estrangeiro. As consequências desse endividamento são sentidas até hoje, com impactos nas políticas econômicas e na capacidade do governo de investir em áreas sociais.

Esses exemplos mostram como o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar moldaram o Brasil contemporâneo, influenciando desde a estrutura política até as dinâmicas sociais e econômicas. Compreender esse passado é essencial para enfrentar os desafios atuais e construir um futuro mais sustentável e democrático. E como podemos perceber, é nesse cenário que Arthur Reis teve forte influência na divulgação do ideal desenvolvimentista sobre a Amazônia por meio de suas obras que eram amplamente lidas pelas elites e pelos militares, nas quais Reis apresentava certas orientações de como ocupar e desenvolver esse espaço que até então era visto como um empecilho, uma densa barreira coberta de árvores que precisaria ser posta ao chão para o “progresso” e “bem maior” da nação.

Reis foi um prolífico autor de obras sobre a Amazônia, incluindo “História de Óbidos”, e que segundo Sousa, “se autoproclamava responsável pela consciência do Brasil acerca da Amazônia, e, conseqüentemente, pela ação do governo militar na região” (SOUSA, 2020, p. 185). Essa obra foi publicada cinco anos após a visita do então presidente Emílio Garrastazu Médici¹⁰ à região de Itaituba, durante a ditadura civil-militar e a política de integração da Amazônia, exemplificada pela construção de estradas como a Transamazônica (BR-230) e a Santarém-Cuiabá. Arthur era um defensor fervoroso dessas políticas.

Segundo a historiadora Dra. Lademe Correa de Sousa, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), “Arthur Reis, se não foi o único, certamente foi um dos mais importantes combustíveis ideológicos sob os quais se assentaram as ações capitalistas na Amazônia durante a ditadura militar¹¹” (SOUSA, 2020, p. 161). Vinícius Alves do Amaral (2013) também destaca que, durante seu governo no Amazonas, suas pretensões como historiador e administrador estavam alinhadas com os projetos desenvolvimentistas da ditadura civil-militar para a Amazônia. Conforme afirma Sousa,

Se os militares realmente o tomaram como referência, não é o objetivo desta tese verificar, mas o fato é que a ditadura militar assumiu o discurso de desenvolvimento da região e se propôs a instrumentalizá-lo por meio da Operação Amazônia, que, não obstante, foi realizada em meio a uma série de críticas, dos que em oposição à proposta discursiva de Arthur Reis viam uma

10 Emílio Garrastazu Médici foi o 28º presidente do Brasil, governando de 1969 a 1974 durante o regime militar. Seu governo é conhecido como um dos mais repressivos da ditadura, período chamado de “Anos de Chumbo”. Apesar de sido decretado pelo seu antecessor, o presidente Arthur da Costa e Silva em final de seu mandato em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que restringiu liberdades civis e aumentou a censura e a repressão política, e legitimou as ações do Estado, entrou em vigor durante seu governo. Apesar da repressão, seu governo também é lembrado pelo “Milagre Econômico”, um período de rápido crescimento econômico impulsionado por investimentos estrangeiros e grandes projetos de infraestrutura. Médici nasceu em Bagé, Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1905, e faleceu em 9 de outubro de 1985.

11 Durante a ditadura civil-militar no Brasil, foram propostos vários projetos desenvolvimentistas para a região amazônica. Um dos mais conhecidos foi o Plano de Integração Nacional, que visava integrar economicamente a Amazônia ao restante do país, por meio da construção de estradas, hidrelétricas e incentivo à colonização. Também houve o Projeto Calha Norte, que buscava ocupar militarmente a região de fronteira e estimular o desenvolvimento local. Esses projetos tinham como objetivo principal expandir a presença do Estado na Amazônia e explorar seus recursos naturais.

série de prejuízos nas ações dos militares na região. (SOUSA, 2020, p. 185)

Reis deixou um legado significativo como historiador e político, sendo uma figura central na história e no desenvolvimento da Amazônia. Sua vida e obra continuam a ser estudadas e reconhecidas por sua contribuição ao entendimento e valorização da região. O trecho abaixo, apresentado por Vinícius Alves do Amaral, destaca que é,

Impossível não comparar a cidade de hoje com a de ontem e lamentar a desarticulação de certos espaços e certas sociabilidades, enfim, daqueles modos de vida radicalmente diferentes da vivência atual em Manaus. Na realidade, essa confrontação levada a cabo pela memória tem alimentado movimentos sociais a batalhar pela preservação de uma cidade mais humana diante de uma urbanização cada vez mais caótica e opressora. Urbanização essa que está intimamente relacionada com um modelo de desenvolvimento encetado pela ditadura civil-militar (AMARAL, 2013, p. 127).

Percebe-se na reflexão realizada por Amaral as transformações urbanas em Manaus, comparando o passado e o presente da cidade. A análise pode ser dividida em dois pontos principais: a desarticulação dos espaços e sociabilidades tradicionais e a relação entre a urbanização caótica e o modelo de desenvolvimento da ditadura civil-militar.

Primeiramente, a desarticulação dos espaços e sociabilidades tradicionais refere-se à perda de modos de vida que eram característicos de uma Manaus anterior à urbanização acelerada. Essa transformação é vista como negativa, pois os espaços que antes promoviam interações sociais e uma vivência comunitária foram substituídos por uma urbanização que muitas vezes desconsidera a qualidade de vida dos habitantes. A memória coletiva, nesse contexto, serve como um instrumento de resistência, alimentando movimentos sociais que lutam pela preservação de uma cidade mais humana e menos opressora.

Em segundo lugar, a urbanização caótica mencionada está diretamente ligada ao modelo de desenvolvimento imposto pela ditadura civil-militar. Durante esse período, o foco estava no crescimento econômico e na integração da Amazônia ao restante do país, muitas vezes às custas do bem-estar social e ambiental. A construção de grandes obras de infraestrutura, como estradas e hidrelétricas, exemplifica essa abordagem desenvolvimentista que priorizava a exploração dos recursos naturais e a expansão urbana sem um planejamento adequado para as necessidades da população local.

Ao analisar esse trecho, é importante reconhecer que a crítica de Amaral não é apenas uma lamentação nostálgica, mas uma chamada à ação. Ele sugere que a memória das vivências passadas pode e deve ser utilizada como uma ferramenta para questionar e resistir aos modelos de desenvolvimento que desumanizam e oprimem. A urbanização, quando mal planejada, pode levar à fragmentação social e à degradação da qualidade de vida, e é essencial que os movimentos sociais continuem a lutar por um desenvolvimento urbano que seja inclusivo e sustentável.

Portanto, a análise de Amaral é uma crítica contundente ao legado da ditadura civil-militar na urbanização de Manaus, destacando a necessidade de um modelo de desenvolvimento que valorize as pessoas e suas interações sociais, além de respeitar o meio ambiente. É um chamado para que a memória coletiva seja utilizada como um guia para construir um futuro urbano mais justo e humano.

Em uma de suas mais emblemáticas obras sobre a Amazônia, que foi objeto de análise na tese de doutorado de Sousa (2020), identificou-se uma questão recorrente na escrita de Arthur Reis sobre a região amazônica. Essa observação levou-a a levantar um questionamento crucial: “No caso específico da narrativa de Reis, por que tratar da história da Amazônia excluindo o indígena, por exemplo?” (Sousa, 2020, p. 19). Essa problemática nos serve como ponto de partida para analisar tanto a escrita quanto a perspectiva historiográfica deste autor, que é tão importante para a história de Óbidos (PA) e para a Amazônia como um todo.

Análise da obra História de Óbidos, 1979

Reis é legatário do pensamento conservador amazônida, cuja particularidade só pode ser compreendida dentro do contexto de crise da economia extrativista da primeira metade do século XX e da tentativa das elites locais – e dos intelectuais – de organizarem novos caminhos para o desenvolvimento regional. O resultado dessa empreitada política e intelectual foi a defesa de um nacionalismo exaltado que procurava determinar o lugar que a Amazônia deveria ocupar no Brasil. Nesse panorama, ocorreu a apoteose de um estado interventor e planejador, com a tarefa de reformar uma sociedade amorfa ao guiar um povo supostamente incapaz de auto-organização. Essas concepções teóricas de Reis originaram a sua afinidade eletiva com o bloco de poder que tomou o poder a partir de 1964. (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 176)

Arthur Reis foi o primeiro a escrever sobre a história de Óbidos utilizando uma análise detalhada de fontes e vestígios do passado. Sua obra “História de Óbidos” foi publicada pela primeira vez em 1945 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)¹². Embora sua abordagem seja considerada problemática nos dias de hoje, devido às grandes transformações na área de estudos históricos, ela estava comprometida em seu tempo em apresentar a importância da cidade para a história do país e imersa numa história das Américas. No entanto, essa narrativa apresentava um desvio significativo da realidade ao retratar a Amazônia como uma região constituída quase exclusivamente por uma população genuinamente “branca”.

12 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é uma instituição cultural fundada em 1838, reunindo intelectuais importantes que compunham a elite brasileira, considerados membros da “boa sociedade”, com o objetivo de estudar e difundir a história e a geografia do Brasil. Durante o período da ditadura civil-militar no país, o IHGB manteve suas atividades voltadas para a pesquisa e divulgação da história e da geografia do país, continuando a publicar revistas, promover eventos acadêmicos e preservar acervos históricos. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) foi criada em 1839, um ano após a criação do instituto, sendo uma das publicações mais antigas do Brasil. Durante a ditadura civil-militar no Brasil, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) continuou a ser publicada regularmente, mantendo sua função de divulgar pesquisas e estudos relacionados à história e geografia do Brasil. A revista seguiu promovendo o debate acadêmico e a difusão do conhecimento histórico, apesar do contexto político conturbado da época. Sua relação com a ditadura foi marcada pela continuidade de suas atividades editoriais e acadêmicas, sem que houvesse uma interferência direta em seu conteúdo ou em sua missão institucional.

Na obra "História de Óbidos", publicada em sua segunda edição em 1979, Reis faz uma análise detalhada da formação e desenvolvimento da cidade de Óbidos, no Pará. Reis compreende o início da história de Óbidos a partir da colonização portuguesa, passando pela construção do Forte Pauxis e a importância estratégica da cidade ao longo dos séculos.

A narrativa de Reis é marcada por uma visão nacionalista e desenvolvimentista, enfatizando a necessidade de ação estatal para o progresso da região amazônica. Sua obra é inegavelmente uma importante contribuição para a historiografia da Amazônia, mas que necessita ser revista. Digo e repito isso inúmeras vezes, pois como elencado na introdução deste trabalho, a cidade de Óbidos tem em seu currículo escolar a obrigatoriedade do ensino da história de Óbidos, por meio da disciplina intitulada "História de Óbidos", entretanto, os professores não dispõem de um livro específico e elaborado dentro de uma perspectiva contemporânea de história para trabalharem os conteúdos que são cobrados no currículo. E, por esse motivo, faz-se necessário o quanto antes a elaboração de trabalhos voltados às diversas temáticas que envolvam a cidade de Óbidos dentro das mais diversas temporalidades para que se possa pensar na elaboração de materiais didáticos que venham contribuir no desenvolvimento dos estudantes.

A história da cidade de Óbidos de Reis tem início a partir da construção do Forte Pauxis em 1697 a mando das autoridades portuguesas na região, com a utilização da mão de obra indígena, e se estende até a fundação da república em 1889 com a apresentação dos ilustres filhos de Óbidos que compõem a "galeria pauxiana". Os indígenas, negros e qualquer outra classe popular e empobrecida da cidade, são apenas coadjuvantes em todas as cenas.

A exclusão dos povos indígenas na narrativa de Reis reflete uma visão que hoje denominamos como eurocêntrica e colonialista, e que era comum na historiografia da época. Essa perspectiva desconsidera a rica diversidade cultural e étnica da Amazônia, ignorando a contribuição fundamental dos povos indígenas para a formação da identidade regional. A crítica de Sousa (2020) é, portanto, essencial para entender as limitações e os vieses presentes na obra de Reis.

Ao analisar a escrita de Arthur Reis, é importante reconhecer seu papel pioneiro na historiografia da Amazônia, mas também é crucial questionar e problematizar suas omissões e representações distorcidas. A obra de Reis deve ser vista como um produto de seu tempo, refletindo as ideologias e os preconceitos da sociedade em que foi produzida. No entanto, isso não diminui a necessidade de se revisitar e reavaliar essas narrativas à luz de novas perspectivas e conhecimentos.

Portanto, a análise crítica de Sousa (2020) nos convida a refletir sobre a importância de incluir todas as vozes e experiências na história da Amazônia. Somente assim podemos construir uma compreensão mais completa e justa da região, valorizando a diversidade e reconhecendo a contribuição de todos os seus habitantes, especialmente os povos indígenas, que são parte integrante e vital da história amazônica.

Segundo Sousa,

Para defender a qualquer custo o desenvolvimento econômico da Amazônia sob os moldes capitalistas, inclusive custando a própria vida dos grupos indígenas, Arthur Reis teve que se valer de determinado uso político do passado. Nesse caso, a constituição de identidade que se queria era de uma identidade branca, com sólidas bases portuguesas. A permanência de si far-se-ia à custa da exclusão do outro. Arthur Reis representava uma elite intelectual amazonense que queria sair da condição de provinciana e passar à de cosmopolita, e esse era um processo que a representação histórica construída pelo autor ao longo de sua carreira intelectual deveria ajudar a construir. (SOUSA, 2020, p. 19)

Fazendo uma análise crítica do trecho acima apresentado podemos revelar uma série de questões importantes sobre a obra e a perspectiva de Arthur Reis em relação ao desenvolvimento econômico da Amazônia e à construção de identidade regional. Vamos explorar esses pontos com argumentos sólidos que ajudaram a entender o porquê de nossa postura frente às obras e ideias de Arthur Reis.

Primeiramente, é essencial reconhecer que Arthur Reis, ao defender o desenvolvimento econômico da Amazônia sob os moldes capitalistas, adotou uma visão que priorizava o progresso material e a integração da região ao mercado nacional e internacional. No entanto, essa abordagem frequentemente desconsiderava os impactos sociais e ambientais, especialmente sobre os grupos indígenas da Amazônia. A política de desenvolvimento defendida por Reis estava alinhada com os interesses da elite econômica e política, que via na exploração dos recursos naturais uma oportunidade de crescimento e modernização.

Portanto, a constituição de uma identidade branca, com sólidas bases portuguesas, para Arthur Reis, como mencionada no trecho, apesar de refletir claramente uma visão eurocêntrica e colonialista, fazia-se necessária para alcançar os objetivos desejados. Essa perspectiva buscava legitimar a presença e a dominação dos colonizadores europeus, ao mesmo tempo em que marginalizava e invisibilizava as culturas e contribuições dos povos indígenas. A exclusão do “outro” – neste caso, os indígenas – era uma estratégia para consolidar uma identidade regional que favorecesse os interesses da elite branca que se achava herdeira de uma herança europeia.

Arthur Reis representava uma elite intelectual amazonense que aspirava a transformar a região de uma condição provinciana para uma cosmopolita. Esse desejo de modernização e progresso estava intrinsecamente ligado à adoção de valores e práticas europeias, vistos como superiores e civilizatórios. A representação histórica construída por Reis ao longo de sua carreira intelectual servia para reforçar essa narrativa, apresentando a Amazônia como uma região que se desenvolveu graças à influência europeia, enquanto desconsiderava as contribuições e a resistência dos povos indígenas.

A crítica de Lademe Correa de Sousa é fundamental para entender as limitações e os vieses presentes na obra de Reis. Ao utilizar o passado de forma política, Reis contribuiu para a construção de uma identidade regional excludente, que perpetuava a marginalização dos indígenas e favorecia a elite branca. Tendo em vista que é só a partir da década de 1990 que, no Brasil, os estudos desenvolvidos na área

de antropologia passam a abrir caminhos para a construção da história indígena por meio de trabalhos como “História dos Índios no Brasil” (1992)¹³, que é uma coletânea de textos organizados pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha. Essa abordagem historiográfica desenvolvida por Reis, embora compreensível dentro do contexto histórico em que foi produzida, precisa ser revisitada e reavaliada à luz de novas perspectivas que valorizem a diversidade cultural e étnica dentro das especificidades dos povos que compõem a região amazônica.

Portanto, a análise crítica que fazemos do trecho citado anteriormente nos convida a refletir sobre a importância da reconfiguração de uma historiografia que seja inclusiva, que reconheça e valorize todas as vozes e experiências da região. Somente assim podemos construir uma compreensão mais completa e equilibrada da história da Amazônia, que faça justiça à riqueza e complexidade de sua formação social e cultural.

A maneira pela qual Arthur Reis construiu sua narrativa acerca da identidade que se queria para o Brasil e conseqüentemente para a Amazônia, da mesma forma irá pensar a história de Óbidos. Gileno, Medeiros e Silva (2019) dizem que:

Arthur César Ferreira Reis interpretou a formação brasileira como resultado evolutivo da colonização, entendida esta como acontecimento histórico positivo, pois trouxe a civilização para a então América incivilizada. A política de Portugal para o Brasil é vista a partir dos grandes atos administrativos, de um planejamento realista sobre uma região geograficamente e socialmente adversa. A independência é inserida dentro de um amplo processo de descolonização do mundo, embora coloque a ação das elites políticas e intelectuais como preponderantes. [...] A criação da nacionalidade obedeceu, portanto, a um processo cumulativo, cujas origens estão na colonização. A independência política e as lutas autonomistas do período colonial são, antes de tudo, o resultado dessa organicidade criada pelo português nos trópicos. Esse acontecimento ‘admirável’ deveria ser reverenciado, pois gerou a nação brasileira, com seus relacionamentos de povos e culturas e com a política disciplinada e realista de Portugal. (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 187-188)

Na obra analisada, Arthur Reis, a pedido do então prefeito Euclides F. Dias, desenvolve a história da cidade de Óbidos a partir de uma perspectiva evolutiva. Ele se concentra em aspectos políticos, administrativos e socioeconômicos, destacando a elite intelectual obidense, além de líderes militares e religiosos. Esses grupos são apresentados como os principais responsáveis pela estruturação e organização da sociedade obidense ao longo do tempo, conforme descrito no prefácio da primeira edição, posteriormente republicada em uma segunda edição. Embora o prefácio seja extenso, com cinco parágrafos, focaremos nos quatro últimos, considerados essenciais para esta análise:

A história de Óbidos, como a história de Monte Alegre e a de outras unidades políticas do extremo-norte do Brasil, sobre que tem convergido ultimamente nossa atenção, é pedaço de uma história da América que todos os estudiosos

13 “História dos Índios no Brasil” (1992), organizado por Manuela Carneiro da Cunha, é uma coletânea que reúne trabalhos de diversos especialistas sobre a história e a cultura dos povos indígenas no Brasil. O livro aborda desde a origem dos primeiros habitantes da América até as complexas relações entre indígenas e colonizadores, destacando o impacto devastador das doenças e da escravidão. A obra também discute as políticas indigenistas e a resistência cultural dos povos indígenas ao longo do tempo. Obra disponível em: <https://archive.org/details/CARNEIRODACCUNHAM.HistoriaDosIndiosNoBrasil>.

dos assuntos regionais temos o dever de preparar e para o qual carregamos material, há mais de uma década. Fixando-a nos contornos mais típicos, atendemos à solicitação que nos dirigiu o Prefeito Euclides F. Dias.

Partimos das origens mais distantes, sobre que encontramos o depoimento de personagens que foram parte viva nos dramas de que o velho fortim e a aldeia dos Pauxis eram cenário. Passamos pelos momentos angustiosos e ao mesmo tempo heróicos que Pauxis viveu durante os entretidos partidários posteriores à Independência. Detivemo-nos na contemplação da paisagem sócio-econômica, que tão bem define a evolução de Óbidos. Acompanhamos sua marcha sob o Segundo Império e aos clarões do cristianismo. Admiramos a galeria admirável do punhado de grandes nomes que lhe iluminam os fastos. Atingimos a fundação da República. Não fomos além. O ciclo republicano não deve ser biografado ainda. Porque pode permitir uma compreensão apressada, sem amparo da serenidade precisa, serenidade que, uma vez ausente, compromete todo e qualquer trabalho de sentido histórico.

O centenário burgo dos franciscanos da Piedade oferece, é certo, no período republicano, aspectos e figuras que um dia serão recolhidos pelos historiadores, episódios de natureza política que lhes deram uma situação singular na crônica paraense e são bem uma continuidade daqueles momentos vibrantes a que já nos referimos: figuras de um relevo impressionante como Alexandre Rodrigues de Souza, Graciliano Negreiros e Augusto Correia Pinto, que ligaram seus nomes ao passado definitivo que Óbidos deu em direção ao progresso. Figuras de uma galeria na qual não será favor colocar o distinto Tenente-Coronel Luís Batista, este uma vigorosa atuação junto aos poderes federais para a obtenção de recursos financeiros, que permitam a realização de melhoramentos. Os quais, pelo vulto das despesas, não seriam possíveis com os recursos normais do Município e do Estado.

A história de Óbidos, que apresentamos neste volume, é, assim, apenas uma contribuição tranquila com que nos solidarizamos com os que se movimentam, no mister de tornar menos fabuloso o conhecimento do passado e da atualidade do vale.

Belém, 27 / 12 / 41 Arthur Cezar Ferreira Reis (REIS, 1979, p. 9-10)¹⁴

Na obra, a colonização e a representatividade portuguesa são temas centrais. Desde o prefácio, o autor demonstra um apreço evidente por retratar a influência portuguesa como um fator essencial para o desenvolvimento e progresso da economia local. Reis enxerga a colonização como um período de estruturação econômica sólida, que, segundo ele, foi desestabilizada com o advento da borracha e a industrialização nacional em larga escala, levando Óbidos a enfrentar desconfortos econômicos e sociais.

De acordo com Gileno, Medeiros e Silva (2019),

A dominação portuguesa se justificou pela superioridade cultural que fez com que o reino ibérico pudesse juntar vários povos diferentes entre si para, sob a sua tutela, criar uma sociedade tropicalizada. Tendo a cultura lusitana como protagonista, os colonizadores deram ao mundo uma civilização herdeira da cultura ibérica única e adaptada ao contexto tropical; essa expansão do mundo europeu sobre a América é o ponto nevrálgico da nacionalidade brasileira. Nesse cenário, ocorreu o diálogo de Reis com Gilberto Freyre. Enquanto o sociólogo pernambucano pensava a miscigenação que colocava a cultura do negro e do índio em igualdade com a cultura europeia, o intelectual e político

14 Trecho do Prefácio da primeira edição da obra “História de Óbidos”, de Arthur Cezar Ferreira Reis. Representante político e autor manauara de diversas obras sobre a Amazônia. Ver em: Reis (1941).

amazônida – embora admitindo a miscigenação brasileira – indicava a natural dominação da civilização europeia. No seu entendimento, a cultura produzida no Velho Mundo era superior às outras formas de sociedade supostamente “inferiores”. Assim como Freyre, concordava com a positividade da miscigenação na formação do povo brasileiro. Contudo, enquanto para o autor de *Casa-grande & senzala* este teria sido um processo guiado pela família patriarcal, para Reis, foi um acontecimento resultante da atuação do estado português, que viu na mistura de raças e culturas uma vantagem para o povoamento do território. (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 188)

Na narrativa de Reis, raramente percebe-se as contribuições das pessoas que compõem a base da pirâmide social obidense. Essas populações são frequentemente retratadas como uma coletividade nativa incapaz de agir autonomamente nas questões político-administrativas da cidade. Em contraste, a elite obidense, composta por portugueses e seus descendentes, é adjetivada como “amigos” e apresentada como a parcela mais importante da sociedade, responsável pela organização e progresso de Óbidos.

Arthur Cezar Ferreira Reis, sendo um membro da elite amazonense, escreve para essa mesma elite que quer se ver na história como herdeira de uma “civilização superior”, que colocou o Brasil nos trilhos do “progresso”. Sua perspectiva historiográfica na obra “História de Óbidos”, publicada em sua segunda edição em 1979, é marcada por uma abordagem política dos fatos. Ele enfatiza questões político-administrativas e destaca figuras de representantes legais do Estado, como líderes militares e religiosos, governadores, chefes de comarcas e membros da alta sociedade obidense que geralmente são em sua grande maioria portugueses ou descendentes dos lusitanos. Para Reis, esses são os verdadeiros protagonistas da história da cidade.

Embora não concordemos com a maneira que a narrativa de Reis se desenvolve, é preciso compreendermos que Arthur Reis trata-se de um autor do século XX, a maneira como pensa e escreve a história é completamente diferente da perspectiva de história que temos no século XXI. Mesmo que a narrativa de Reis tende a excluir outras vozes e experiências, especialmente as das populações indígenas, assim como também dos negros e das classes menos favorecidas, que também desempenharam papéis cruciais na história de Óbidos e da região. A análise crítica dessa obra deve, portanto, considerar essas omissões e buscar uma compreensão mais abrangente da história. Em meio a isso, propõem-se a elaboração de pesquisas mais consistentes e atentas a essas questões, pois o que se tem, apesar de ser de extrema importância e grande contribuição, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos por Luiz Carlos Laurindo Junior¹⁵ (2022) intitulado “‘Propriedade imoral, mas garantida pela constituição do Império’: população, economia e tráfico de escravos no Baixo Amazonas (segunda

15 Professor Adjunto III da Universidade Federal do Oeste do Pará, onde atua na área de História da Amazônia do curso de Licenciatura em História. Possui graduação (2010) e mestrado (2012) em História pela Universidade Federal do Pará, e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. É vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa da Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM) e participa como membro do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LabMundi) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em História do Baixo Amazonas (Gepehisba). É filiado à Associação Nacional de História - Seção Pará (ANPUH-PA) e à Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO). Desenvolve pesquisa sobre a escravidão de origem africana na Amazônia, com foco nos seguintes temas: tráfico de escravos, economia e escravidão, escravidão urbana, cotidiano e sociabilidade, mundos do trabalho. Texto sobre o autor disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/8792247/luiz-carlos-laurindo-junior#:~:text=LUIZ&text=CARLOS&text=LAURINDO&text=JUNIOR>

metade do século XIX)”, um texto acerca da escravidão no Baixo-Amazonas e que faz parte do trabalho organizado por ele e por mais dois pesquisadores da área de história: “Baixo Amazonas. Histórias entre rios, várzeas e terra firme”, e o de José Augusto Sena Vasconcelos¹⁶ (2023) intitulado “O controle da garganta do rio Amazonas: uma análise sobre as seletivas para o posto de Capitão-Mor do Forte Pauxis (Primeira metade do século XVIII)”, e, que é resultado do trabalho de conclusão de curso apresentado no 32º Simpósio Nacional de História da ANPUH em 2023 em São Luís (MA), ainda são poucos.

Em resumo, a obra de Arthur Reis é inegavelmente uma contribuição valiosa para a historiografia da Amazônia, mas como já havia dito e redito antes, necessita ser complementada, reavaliada ou repensada a partir de novos trabalhos acadêmicos como esses já citados e do próprio diálogo com os(as) professores(as) da educação básica no Ensino Fundamental II, que tem o desafio cotidiano de saberem se reinventar e lidar com esses discursos, ainda pautados em Reis, para desenvolverem suas aulas da melhor maneira possível. Dar uma aula de História de Óbidos sem o suporte adequado não é fácil, digo isso pois tive a oportunidade durante o estágio supervisionado em história de assumir a regência de uma aula sobre um dos conteúdos da disciplina História de Óbidos e ter o desafio de trazer para a aula as contribuições das populações indígenas nessa história. Tive que pesquisar bastante e correlacionar a história nacional e regional com o contexto local. Não foi fácil, e faz parte do trabalho docente, mas convenhamos que se tivéssemos um material específico, que apontasse para essas questões dentro da disciplina mencionada, seria muito melhor, pois os alunos poderiam, da mesma forma que fazem em outros componentes curriculares, acompanhar diretamente no livro, aquilo que o(a) professor(a) propõe repassar à turma. Por isso, faz-se necessário pensar na produção de materiais didáticos sobre os conteúdos cobrados no currículo municipal, que venham a contribuir com uma nova análise acerca da história de Óbidos. Somente assim podemos construir uma compreensão mais abrangente da história de Óbidos e da Amazônia como um todo.

Considerações finais

A análise realizada neste trabalho sobre Arthur Cezar Ferreira Reis revela uma abordagem historiográfica que, embora pioneira e significativa para a compreensão da história da Amazônia e de Óbidos, apresenta limitações importantes. Entretanto, limitações essas compreensíveis, já que estamos analisando o autor e sua obra dentro de seu respectivo tempo. Portanto, não nos cabe exercer juízo de valor nesta análise, nem tão pouco deixarmos de ponderar certas questões evidentes em sua escrita que, para o nosso tempo presente, jamais devem ser reproduzidas da mesma forma. De

16 É Graduado em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Foi Bolsista no Setor Administrativo do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA), Foi Monitor de iniciação à docência do Programa de Monitoria Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen) de História Medieval, atuou no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) Defesa e Povoamento no Baixo Amazonas Colonial: as fortificações de Óbidos e Santarém, com o trabalho intitulado: Poder, administração e conflitos na fortaleza de Óbidos (Séculos XVII e XVIII) e desenvolve pesquisas na Área de História Colonial, com ênfase em História Administrativa no século XVIII. Texto sobre o autor disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/715354445/jos-augusto-sena-vasconcelos#:~:text=Jos%C3%A9&text=Augusto&text=Sena&text=Vasconcelos>.

modo geral, em suas obras, Reis demonstra um apreço pela colonização portuguesa e pela elite intelectual, militar e religiosa, que ele considera os principais agentes de progresso e civilização na região. Essa perspectiva, no entanto, exclui significativamente as contribuições das populações indígenas e dos negros escravizados, tal como das demais classes populares menos favorecidas.

Ao examinar a vida e carreira de Arthur Reis, destacamos sua trajetória como historiador e político, enfatizando sua influência na valorização econômica da Amazônia e seu papel como governador do Estado do Amazonas em meio ao contexto de ditadura civil-militar, do qual o mesmo foi elemento central para consolidação de políticas desenvolvimentistas voltadas para a “ocupação” deste espaço. Sua obra “História de Óbidos” exemplifica sua tentativa de estruturar a narrativa histórica da cidade a partir de uma visão eurocêntrica, da busca de um nacionalismo pautado em raízes brancas como sinônimo de progresso e civilização, que valoriza apenas a contribuição dos colonizadores brancos e marginaliza outras vozes que compunham nossa história.

A crítica de Lademe Correa de Sousa à exclusão dos indígenas na narrativa de Reis é chave central e essencial de nossa análise para entender as limitações de sua abordagem. A memória coletiva e a resistência dos movimentos sociais são fundamentais para questionar e reavaliar essas narrativas, buscando uma compreensão mais equilibrada da história da Amazônia. A exclusão dos povos indígenas e das classes menos favorecidas não apenas distorce a realidade histórica, que no momento em que viveu era algo comum, já que um olhar mais incisivo para a atuação dos povos indígenas como sujeitos históricos começa a dar seus primeiros passos no Brasil a partir da década de 1990, mas também perpetua uma visão incompleta da formação social e cultural da região. Hoje podemos rever isso, e aos poucos, caminharmos em direção à construção de uma narrativa que objetiva pensar uma história de todos para todos.

Além disso, a análise de Vinícius Alves do Amaral sobre a urbanização caótica de Manaus e sua relação com o modelo de desenvolvimento da ditadura civil-militar na Amazônia, destaca a importância de considerar os impactos sociais e ambientais das políticas de desenvolvimento que tem como motor discursivo-ideológico a ideia de sempre levar a civilização rumo a uma constante de progresso que não abre brechas para uma vida sustentável sem sacrificar a natureza e conseqüentemente a vida de milhares de pessoas e espécies de animais que se constituem nela e em torno dela. A memória das vivências passadas pode servir como um guia para construir um futuro urbano mais humano e sustentável. A urbanização desordenada e a exploração econômica sem planejamento adequado resultaram em conseqüências negativas para a população local, especialmente para os grupos mais vulneráveis, a exemplo da desapropriação de terras de milhares de pessoas para a abertura de estradas, para a construção de barragens e a inundação de imensas áreas para a instalação de hidrelétricas.

Por fim, a obra “História de Óbidos” de Arthur Reis, embora valiosa, necessita ser complementada e revisitada à luz de novas abordagens historiográficas que valorizem a pluralidade e a complexidade da formação sociocultural de Óbidos e da

região. É preciso que se faça um debate mais atualizado acerca da formação e organização das populações que se constituíram ao longo da história dentro e em torno de Óbidos, a exemplo temos alguns trabalhos que podemos citar e que nos ajudam a pensar uma história não total, mas que dá voz e vez a diferentes sujeitos, como, por exemplo, o trabalho desenvolvido por Eurípedes Antônio Funes¹⁷ (1996) acerca dos quilombos em torno de Óbidos e região, intitulado “Nasci nas matas, nunca tive senhor’: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas”, que transformou-se em livro e foi lançado em 2022 na referida cidade, assim como também os já citados anteriormente, que como havia dito antes, ainda são poucos, mas de grande importância e significância para pensar uma nova história de Óbidos.

A inclusão de todas as vozes e experiências na construção de uma nova história é crucial para que possamos construir uma compreensão mais ampla da história de Óbidos e da Amazônia como um todo. A narrativa histórica deve refletir a diversidade e a riqueza cultural da região, reconhecendo a contribuição de todos os seus habitantes.

Em suma, a análise dos textos de Arthur Reis proposta neste trabalho nos convida a refletir sobre a importância de uma historiografia inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade cultural e étnica da Amazônia como um todo, destacando as especificidades e potencialidades da história de cada cidade e dos sujeitos que as compõem. Somente assim podemos construir uma narrativa histórica que faça justiça à riqueza e complexidade da região e de seus habitantes, que por muito tempo foram ignorados. A reavaliação crítica das obras de Reis, não somente da história de Óbidos em si, é um passo necessário para avançarmos em direção a uma compreensão mais equilibrada e justa da história amazônica.

Referências

AMARAL, Vinicius Alves do. Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil-militar em Manaus (1964-1966). *Temporalidades*, v. 5, n. 3, p. 125-146, 2013.

BRAGA, Magno Michell Marçal; SOUZA, César Martins de. Transamazônica: terra, trabalho e sonhos. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 172-191, 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. *Revista Tempo & Argumento*, Florianópolis, vol. 11, n. 26, p. 255-286, 2019.

17 Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1995) e Pós-doutorado pela UNICAMP (2003). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e Império, história e meio ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, comunidades quilombolas, identidades, natureza e cultura e movimentos sociais. Texto sobre o autor disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/1295693/euripedes-antonio-funes#:~:text=EurC3ADpedes&text=Ant%C3%B4nio&text=Funes>. Eurípedes Funes analisa a formação, resistência e sobrevivência dos mocambos, destacando a interação com o meio ambiente e outras sociedades, e a preservação da identidade cultural através das práticas e memórias.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FUNES, Eurípedes A. 'Nasci nas matas, nunca tive senhor'. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José & GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 467-497.

GILENO, Carlos Henrique; MEDEIROS, Rodrigo Dantas de; SILVA, Ricardo Lima da. O pensamento conservador no Amazonas: a interpretação de Arthur César Ferreira Reis sobre a formação do Brasil. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 166-190, nov. 2019.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. 'Propriedade imoral, mas garantida pela constituição do Império': população, economia e tráfico de escravos no Baixo Amazonas (segunda metade do século XIX). In: GOIS, Diego Marinho de; ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JR., Luiz Carlos (orgs.). *Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzeas e terra firme*. São Paulo: Intermeios, 2022, p. 161-202.

REIS, Arthur César Ferreira. *História de Óbidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SILVA, Ricardo Lima da. Arthur César Ferreira Reis e a formação do Brasil. Anais da ANPUH – 30º Simpósio Nacional de História, 2019, Recife. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553289303_ARQUIVO_ArthurCezarFerreiraReis eaFormacaodoBrasil_Artigo.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

SOUSA, Lademe Correia de. Década de 1970: é chegada a hora da Amazônia?. In: *A Amazônia de Arthur Reis: “entre as experiências do tempo e as intenções do agir”*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020, p. 156-187.

VASCONCELOS, José Augusto Sena. O controle da garganta do rio Amazonas: uma análise sobre as seletivas para o posto de Capitão-Mor do Forte Pauxis (Primeira metade do século XVIII). Trabalho apresentado na ANPUH - 32º Simpósio Nacional de História, 2023, São Luís – *Democracia e direitos humanos: Desafios para uma história profissional*. Anais do evento. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1692656242_ARQUIVO_56f8ed94b9d3a78054ad8ddda49321c3.pdf